

4

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA,  
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM  
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA VRG LINHAS AÉREAS S.A.**

entre

**VRG LINHAS AÉREAS S.A.,**  
*como Emissora,*

c

**SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**  
*representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente  
emissão*

Datada de

3 de junho de 2011



5 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100

34

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA VRG LINHAS AÉREAS S.A.**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

**VRG LINHAS AÉREAS S.A.**, sociedade com sede na Avenida Vinte de Janeiro s/nº, Terminal de Passageiros nº 01 do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro / Galeão - Antonio Carlos Jobim, 2º andar, nível 15,55, entre os eixos 10-12/E-G, sala 2011-A, Embarque, CEP 21941-570, cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.575.651/0001-59, sem registro de companhia aberta junto a CVM, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora";

**SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, sociedade com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6º e 10º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominado simplesmente "Agente Fiduciário"; e

celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da VRG Linhas Aéreas S.A.", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo.



Handwritten signatures and initials, including a large 'E' and 'F'.

61

## 1. TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão os seguintes significados:

Agente Fiduciário	SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., devidamente qualificado no preâmbulo
Amortização Extraordinária	Amortização extraordinária parcial do Valor Nominal, prevista na cláusula 5.8.2 e seguintes desta Escritura.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral ou Assembleia Geral de Debenturistas	Assembleia Geral de Debenturistas.
AGE	Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 3 de junho de 2011, que deliberou a realização da Emissão.
Banco Mandatário	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Colocação de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, Não Conversíveis em



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the number '9' and a signature.

*[Handwritten signature]*

Ações, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Série Única, da 5ª (quinta) Emissão Pública da VRG Linhas Aéreas S.A., celebrado entre Banco Bradesco BBI S.A, BB-Banco de Investimento S.A. e a Emissora.

Coordenadores

Banco Bradesco BBI S.A. instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com estabelecimento na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1450, 8º andar ("Coordenador Líder"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.271.464/0073-93 e BB - Banco de Investimento S.A., instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30 ("Coordenador Contratado").

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Emissão

10 de junho de 2011.

Data de Pagamento de Remuneração

Datas em que a Emissora pagará a Remuneração aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura.

Data de Primeira Subscrição e Integralização

Data da primeira subscrição e integralização das Debêntures.

Data de Vencimento

10 de junho de 2017.

Debêntures

As 500 (quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 5ª emissão da VRG Linhas Aéreas S.A.



*[Handwritten signature]*

off

Debêntures em Circulação

Para efeito de deliberação em Assembléia Geral de Debenturistas, todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores e empresas controladoras, direta ou indiretamente, da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau.

Debenturistas

Os titulares das Debêntures.

Dívida Líquida

Saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídas as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras.

EBITDA

Somatório do lucro líquido, das receitas (despesas) financeiras líquidas, das provisões para imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização, de outras receitas e despesas líquidas não operacionais e dos lucros (perdas) resultantes de equivalência patrimonial apurados periodicamente pela Emissora.

Emissão

5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora.

Emissora

VRG Linhas Aéreas S.A.

Encargos Moratórios

Encargos moratórios previstos no item 5.9.3, desta Escritura.

Escritura

O presente "Instrumento Particular de Escritura da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não



5.9.3. desta  
Escritura.  
O presente "Instrumento Particular de Escritura da 5ª  
(quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não

98

Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografia, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da VRG Linhas Aéreas S.A.”

FGTS

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Índices Financeiros

A razão Dívida Líquida/EBITDA e o ICSD, calculados nos termos do item 7.1 (x) abaixo.

IGP-M

Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Instituição Depositária

Banco Bradesco S.A., acima qualificado.

Instrução CVM nº 28/83

Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.

Instrução CVM nº 358/02

Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Instrução CVM nº 409/04

Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

Instrução CVM nº 476/09

Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Investidores Qualificados

Investidores Qualificados estão definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam



Handwritten signatures and initials, including a large '9' and a signature that appears to be 'l'.

10/11

tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

ISCD

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Emissora, calculado nos termos do Anexo I desta Escritura.

JUCERJA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 6.404/76

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Lei nº 11.638/07

Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, conforme alterada.

Período de Capitalização

Intervalo de tempo que se inicia na Data de Primeira Subscrição e Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento de juros correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até o Vencimento.

Remuneração

Juros correspondentes a 120% (cento e vinte por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos.



Handwritten signature and initials.

11/11/11

incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Primeira Subscrição e Integralização até a respectiva Data de Vencimento.

SND

Módulo Nacional de Debêntures.

SDT

Módulo de Distribuição de Títulos.

Taxa DI

Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>).

Valor Nominal ou Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário de cada Debênture, equivalente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Primeira Subscrição e Integralização.

## 2. AUTORIZAÇÃO

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela AGE realizada em 3 de junho de 2011, cuja ata será arquivada e publicada nos termos da Cláusula 3.1.1 abaixo.

## 3. REQUISITOS

3.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação



5 3 2 1 4 9 8



3.1.1.1 A ata da AGE realizada em 3 de junho de 2011 será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, conforme o artigo 59 e o artigo 62, I da Lei nº 6.404/76.

### 3.1.2 Inscrição da Escritura

3.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") deverão ser arquivados na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62, II e §3º, da Lei nº 6.404/76.

### 3.1.3 Registro na CVM

3.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

### 3.1.4 Registro na ANBIMA

3.1.4.1 A presente Emissão está dispensada de Registro na AMBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, conforme dispõe o §1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

#### 4. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1 A Emissora tem por objeto social principal: (i) a atividade de transporte aéreo regular e não regular de passageiros e de carga, nos mercados doméstico e internacional, podendo, ainda: (ii) participar em sociedades de todos os tipos, que exerçam atividades de exploração de serviços de transporte aéreo e terrestre, observada a legislação aplicável; (iii) deter estabelecimentos, conjunto de bens, direitos e obrigações; (iv) explorar comercialmente, mediante concessão ou autorização dos poderes públicos competentes, atividades complementares de serviços de transporte aéreo por fretamento de passageiros, bagagens, encomendas, cargas e malas postais; (v) prestação de serviços de manutenção,



ada a legislação  
es; (iv) explorar  
os competentes,  
de passageiros,  
de manutenção,

134

reparação de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças; prestação de serviços de hangaragem de aviões; (vi) prestação de serviços de atendimento de pátio e de pista; (viii) o desenvolvimento de atividades conexas, correlatas e complementares ao transporte aéreo, incluindo transporte terrestre, bem como a exploração de atividades de comércio de mercadorias e serviços complementares de viagens e entretenimento; e (viii) prestar, a terceiros, serviços relacionados com a navegação aérea.

#### **4.2 Número da Emissão**

4.2.1 Esta é a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora.

#### **4.3 Número de Séries**

4.3.1 A Emissão será realizada em série única.

#### **4.4 Montante da Emissão**

4.4.1 O montante total da emissão será de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Primeira Subscrição e Integralização

#### **4.5 Quantidade de Debêntures**

4.5.1 Serão emitidas 500 (quinhentas) Debêntures.

#### **4.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária**

4.6.1 O Banco Mandatário e a Instituição Depositária será o Banco Bradesco S.A.

#### **4.7 Destinação dos Recursos**

4.7.1 Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados para capital de giro da Emissora.

#### **4.8 Registro na CETIP**



134

2 5 1

148

4.8.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos; e (ii) negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

#### 4.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme, com intermediação dos Coordenadores e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o quanto estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do Contrato de Colocação.

4.9.1.1 Desde já fica estabelecido que os Coordenadores somente poderão procurar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

4.9.2 A colocação das Debêntures deverá ser efetuada em 10 (dez) dias contados da data de início de distribuição informada pelo Coordenador Líder da oferta, sendo certo que a Garantia Firme será válida até 30 de junho de 2011, prazo constante do Contrato de Colocação.

4.9.3 Não será permitida a busca de Investidores Qualificados através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público.

4.9.4 As Debêntures poderão ser negociadas em mercados regulamentados após 90 (noventa) dias da efetiva subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados, conforme art. 13 da Instrução CVM 476/09 e do cumprimento, pela companhia, do art. 17 da Instrução CVM 476/09.

### 5. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

#### 5.1. Características Básicas



2

1

15/11

5.1.1 *Valor Nominal Unitário*

5.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Primeira Subscrição e Integralização.

5.1.2 *Quantidade de Debêntures*

5.1.2.1 Serão emitidas 500 (quinhentas) Debêntures.

5.1.3 *Número de Séries*

5.1.3.1 A Emissão será em série única.

5.1.4 *Data de Emissão*

5.1.4.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de junho de 2011.

5.1.5 *Prazo e Data de Vencimento*

5.1.5.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de junho de 2017, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.3 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures em Circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.1.6 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.6.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, ~~sendo~~ a emissão de certificados.

5.1.7 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the number 12 and the date 18812005.

16

5.1.7.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será emitido extrato em nome dos titulares das Debêntures pela CETIP que igualmente comprovará titularidade.

5.1.8 *Conversibilidade*

5.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

5.1.9 *Espécie*

5.1.9.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

5.2 **Subscrição**

5.2.1 *Prazo e Forma de Subscrição*

5.2.1.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas em um única data, a qualquer tempo, no prazo de até 10 (dez) dias da data de início de distribuição das Debêntures.

5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário.

5.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

5.4 **Direito de Preferência**



1381995

178

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

#### 5.5 Atualização do Valor Nominal

5.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

#### 5.6 Remuneração

5.6.1 As Debêntures farão jus a juros correspondentes a variação acumulada de 120% (cento e vinte por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", apuradas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data da Primeira Subscrição e Integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que ocorrerá ao final de cada Período de Capitalização, aplicando-se a fórmula descrita no item 5.6.3 abaixo.

5.6.2 A Remuneração será paga semestralmente, nos dias 10 de junho e 10 de dezembro de cada ano, ou no primeiro dia útil subsequente, caso o mesmo não seja dia útil, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 10 de dezembro de 2011 e o último pagamento da Remuneração será devido em 10 de junho de 2017.

5.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator DI - 1), \text{ onde:}$$



Handwritten signatures and initials, including a large 'L' and a signature that appears to be 'F. F.'.

18/11

“J” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI Over com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right], \text{ onde:}$$

“n<sub>DI</sub>” corresponde ao número total de Taxas DI Over, sendo “n<sub>DI</sub>” um número inteiro;

“p” corresponde a 120,00 (cento e vinte inteiros) informado com 2 (duas) casas decimais;

“TDI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

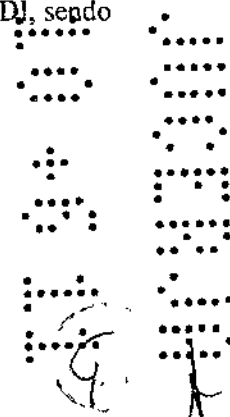
$$\text{onde:} \quad TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

“k” = 1, 2, ..., n, sendo “n” um número inteiro;

“DI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“d<sub>k</sub>” = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo

“d<sub>k</sub>” igual a 1 (um) dia útil;



19

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Observações:

- i) o fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

5.6.4 Observado o quanto estabelecido no item 5.6.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 15 (quinze) dias acima, Assembleia Geral de Debenturistas para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.



Handwritten signatures and initials, including a large '19' and a signature that appears to be 'G. F.'.



2088

5.6.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

5.6.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na Assembleia Geral de Debenturistas realizada conforme o item 5.6.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo,  $\frac{3}{4}$  (três quartos) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito o Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida entre:

- i) resgate antecipado, pela Emissora, e consequente cancelamento antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, inclusive, e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Primeira Subscrição e Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração, exclusive, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- ii) a Emissora deverá apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento e a amortização prevista nesta Escritura. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme estabelecido na cláusula nona desta Escritura, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas



l

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

21

deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

**5.7 Repactuação**

5.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

**5.8 Amortização Programada**

5.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Primeira Subscrição e Integralização será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais iguais e consecutivas, a partir do 60º (sexagésimo) mês contado da Data de Emissão, da seguinte forma:

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário na Data de Primeira Subscrição e Integralização)	Data de Pagamento
50,0000% (cinquenta por cento)	10 de junho de 2016
50,0000% (cinquenta por cento)	10 de junho de 2017

5.8.2 Não obstante o disposto na cláusula 5.8.1 acima, a Emissora poderá realizar, a partir do 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, amortização extraordinária parcial do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária").

5.8.3 A Amortização Extraordinária deverá ser precedida de notificação por escrito ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária ("Notificação da Amortização Extraordinária") e limitada em 90% (noventa por cento) do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário. O Agente Fiduciário e Companhia deverão comunicar a



21

28

CETIP da realização da Amortização Extraordinária com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária.

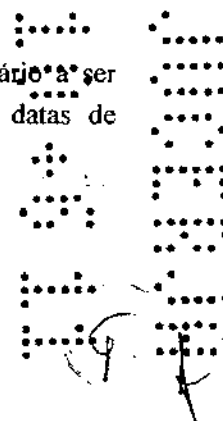
5.8.4 O valor da amortização devida pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado acrescido (i) da Remuneração correspondente; (ii) demais encargos devidos e não pagos até a data de Amortização Extraordinária; e (iii) de prêmio, conforme disposto abaixo ("Valor da Amortização Extraordinária"):

- i) 1,10% (um inteiro e dez centésimos por cento) incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondente, se a Amortização Extraordinária ocorrer entre o 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, e o 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, da Data de Emissão; ou
- ii) 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondente, se a Amortização Extraordinária ocorrer a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês, inclusive, até a Data de Vencimento.

5.8.5 A Notificação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária; (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data para o pagamento da Amortização Extraordinária; e (iii) o percentual da Amortização Extraordinária sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário.

5.8.6 O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos na cláusula 5.9 abaixo, na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND.

5.8.7 No caso de Amortização Extraordinária, o Valor Nominal Unitário a ser amortizado na Data de Vencimento e a Remuneração a serem pagos nas datas de



234

pagamento da Remuneração seguintes serão ajustados para refletir o pagamento do Valor da Amortização Extraordinária.

## **5.9 Condições de Pagamento**

### **5.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária**

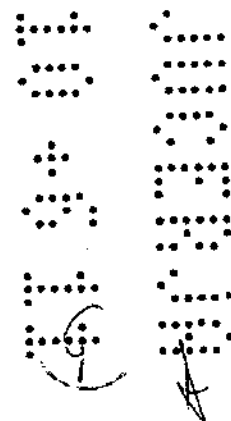
5.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pela instituição depositária contratada para este fim.

5.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### **5.9.2 Prorrogação dos Prazos**

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

### **5.9.3 Encargos Moratórios**



24

5.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 5.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

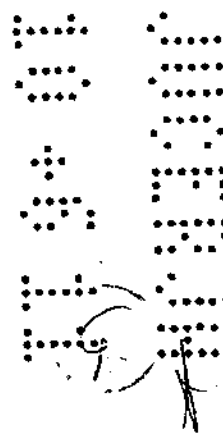
#### 5.10 **Publicidade**

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no jornal Valor Econômico, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures, bem como os prazos legais.

5.10.2 A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

#### 6. **AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO**

##### 6.1 **Aquisição Antecipada Facultativa**



25

6.1.1 Respeitado o disposto na cláusula 4.9.5 acima, a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM nº 476/09.

## 6.2 Resgate Antecipado Total

6.2.1 As Debêntures poderão ser resgatadas integralmente, a partir do 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos Debenturistas com 10 (dez) dias úteis de antecedência, informando (i) a data em que será realizado o resgate antecipado de Debêntures; e (ii) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.

6.2.2 Ficará admitido o resgate antecipado total das Debêntures pela Emissora, mediante o pagamento do seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido de: (i) Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data do último pagamento das obrigações previstas nesta Escritura até a data do efetivo resgate, bem como multa e juros moratórios, se houver; e (ii) um prêmio equivalente a (a) 1,10% (um inteiro e dez centésimos por cento) sobre o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondente, se o resgate ocorrer entre o 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, e o 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, da Data de Emissão; e (b) 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) sobre o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondente, se o resgate ocorrer entre o 37º (trigésimo sétimo) mês, inclusive, da Data de Emissão e a Data de Vencimento.

6.2.3 A CETIP deverá ser comunicada da realização do resgate total das Debêntures com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.



22

l

Handwritten signature and stamp.

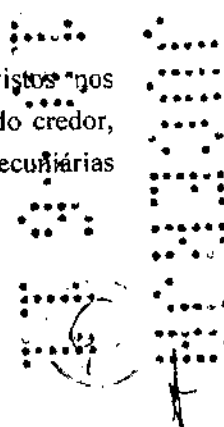
26

6.2.4 As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

### 6.3 Vencimento Antecipado

6.3.1 As obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionados à Emissão poderão ser declaradas antecipadamente exigíveis na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- i) apresentação de pedido de (a) recuperação judicial ou extrajudicial ou (b) autofalência; ou (c) pedido ou decretação de falência, ou (d) ainda, de quaisquer procedimentos análogos que venham a ser criados por lei, requeridos pela ou decretados contra a Emissora e/ou sua controladora;
- ii) realização por qualquer autoridade governamental de ato com objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora e/ou sua controladora;
- iii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária, incluindo o não pagamento pela Emissora das Debêntures e/ou da Remuneração e de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas titulares das debêntures nas respectivas datas de vencimento, desde que não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da ocorrência do descumprimento;
- iv) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ocorrência do descumprimento;
- v) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado seja de, no mínimo, R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- vi) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos ou da concessão de prazo adicional por parte do credor, assim como vencimento antecipado de quaisquer dívidas e obrigações pecuniárias



l

27

da Emissora, sua controladora, controladas ou coligadas, em valor agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) sem a devida contestação ou comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida;

- vii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, licenças, inclusive as ambientais, conforme aplicável, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;
- viii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- ix) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- x) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, incompletas ou enganosas, na data em que foram prestadas, conforme aplicável quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora;
- xi) uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em face da Emissora, que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Emissora de valor unitário ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para as quais a Emissora não tenha feito provisão para pagamento;
- xii) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, regulatório, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, que possa vir a afetar negativamente a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora, sua controladora, controladas ou coligadas, se houver;
- xiii) alteração do controle acionário, sem a prévia anuência dos Debenturistas, direto ou indireto, da Emissora, somente no caso dos controladores finais, após a alteração de controle, deixarem de ser os atuais controladores da Emissora;



l

Handwritten signatures and stamps on the right margin.



28

- xiv) alteração do objeto social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por elas praticadas;
- xv) realização de qualquer pagamento de dividendos pela Emissora, ressalvando o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de juros sobre capital próprio ou de qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, caso esteja em mora perante os Debenturistas relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura; ou
- xvi) caso, entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento, sejam desrespeitados quaisquer dos Índices Financeiros conforme estabelecidos no item 7.1 (x) abaixo.

#### 6.3.2 *Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático*

6.3.2.1 Caso ocorra qualquer das hipóteses descritas nos subitens (i); (ii); (iii); (iv); (v); (viii); (ix); (xi); (xiii); e (xvi) do item 6.3.1 acima, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações da Emissora sob as Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data que tomar ciência da ocorrência respectiva.

#### 6.3.3 *Hipóteses de vencimento antecipado que deverão ser tratadas por meio de Assembleia Geral de Debenturistas.*

6.3.3.1 No prazo de 1 (um) dia útil contado da ciência pelo Agente Fiduciário dos eventos descritos nos subitens (vi); (vii); (x); (xii); (xiv); e (xv) do item 6.3.1 acima, deverá o Agente Fiduciário convocar imediatamente Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo legal estipulado, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, dos Encargos Moratórios, se houver, bem como de quaisquer outros valores eventualmente



2

25

29

devidos, calculados *pro rata temporis* até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas.

6.3.3.2 Em caso de instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, nos termos da cláusula nona abaixo, e caso nesta Assembleia Geral de Debenturistas não haja deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação contrariamente à declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

6.3.3.3 Caso não haja quórum suficiente para instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, o Agente Fiduciário realizará a segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a mesma ordem do dia. Caso (i) na Assembleia Geral de Debenturistas instalada em segunda convocação, não haja deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação contrariamente à declaração do vencimento antecipado das Debêntures; ou (ii) não haja, novamente, instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, ou, por qualquer motivo, não ocorra a deliberação acerca do vencimento antecipado das obrigações da Emissora sob as Debêntures, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

6.3.3.4 Na hipótese de aprovação do vencimento antecipado na forma dos itens 6.3.3.2 e 6.3.3.3 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos indicados nesta Escritura.



l

26

308

6.3.4 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Mandatário.

6.3.5 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados do protocolo da carta mencionada no item 6.3.4 acima.

6.3.6 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

## 7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia física de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (2) cópia física de declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura e bem como (3) cópia física de relatório de práticas e controles internos enviado pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão e contas da Emissora;
  - b) dentro de 15 (quinze) dias úteis, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada e exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas sob esta Emissão, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado a suas expensas), através de seus

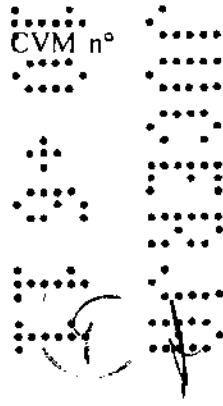


Handwritten signature and initials.

31/09/09

representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada, inclusive os documentos e informações que se façam necessários à elaboração, pelo Agente Fiduciário, do relatório de que trata o item 8.3 (xii) abaixo, desde que já sejam públicos e/ou desde que sua divulgação ao Agente Fiduciário não seja vedada por dever de confidencialidade legal ou contratualmente estabelecido em relação à Emissora;

- c) dentro de até 5 (cinco) dias úteis após sua realização, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas da Emissora e, em 5 (cinco) dias úteis, fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas da Emissora, bem como a data e ordem do dia de assembleias a se realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado;
  - d) dentro de 5 (cinco) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
  - e) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), em até 15 (quinze) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo IGP-M;
  - f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.3 acima no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a sua ocorrência;
- ii) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, abaixo transcritas:



32

- a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - d) manter os documentos mencionados no item "(c)" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358/02, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores; e
  - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- iii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula nona desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- iv) cumprir todas as determinações da CVM, incluindo o disposto no artigo 17, parágrafo 1º, da Instrução CVM 476/09, enviando os documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;



29

33

- v) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- vi) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor à época;
- vii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, inclusive ambientais;
- viii) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- ix) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- x) observar os Índices Financeiros, quais sejam: (a) manter a razão entre a Dívida Líquida da Emissora e o EBITDA da Emissora, considerando no endividamento as operações de *leasing* financeiro, de acordo com os critérios da Lei nº 11.638/07, sempre inferior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos); e (b) manter o ICSD da Emissora, calculado ao final de cada exercício nos termos do Anexo I desta Escritura, equivalente a, no mínimo, 130% (cento e trinta por cento);
- xi) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP; e



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the number 30 and the date 10/09/05.

34

- xii) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures.
- xiii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura;
- xiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- xv) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável; e
- xvi) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea "c" do subitem "ii" acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009.

7.2 Para fins do disposto no subitem 7.1 (x) acima, fica desde já acordado que os Índices Financeiros serão apurados e revisados semestralmente pelo Agente Fiduciário. A Emissora deverá enviar, até 31 de março de cada ano, suas demonstrações financeiras, auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Emissora, com base no encerramento do exercício anterior. Até 15 de setembro de cada ano, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros, bem como declaração afirmando que a memória de cálculo enviada reflete os números financeiros da Emissora referentes ao semestre anterior.



l

34

35

## 8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora constitui e nomeia a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. como agente fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

8.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.2.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 8.2 acima, caberá à Emissora efetuar a convocação.

8.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediata e expressamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

8.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

8.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.



l

35



36

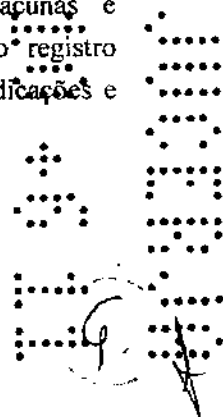
8.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCERJA, onde será inscrita a presente Escritura.

8.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

8.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição e registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;



37

- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- ix) solicitar, desde que comprovadamente necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às suas expensas, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria;
- x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 5.10 acima;
- xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- xii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, que deverá ser enviado em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da Emissora, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

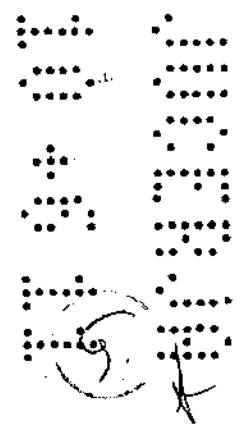


2

9

38

- b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;  
e
  - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- xiii) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
  - b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - c) na CETIP;
  - d) na CVM; e



39

- e) na sede da instituição intermediária líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xiv) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório mencionado no subitem 8.3 (xii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem anterior;
- xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;
- xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP;
- xix) repassar as informações referentes aos eventos das Debêntures ao Banco Mandatário, informando o Valor Nominal Unitário atualizado da véspera do evento (D-1) até às 18h30 (dezoito horas e trinta minutos) da véspera do evento;
- xxii) revisar semestralmente o cálculo feito pela Emissora, em conjunto com seus auditores independentes, dos Índices Financeiros, na forma estipulada na presente Escritura; e
- xxiii) encaminhar aos Debenturistas informação sobre o cumprimento, pela Emissora, dos Índices Financeiros, em até 10 (dez) dias do recebimento das informações financeiras fornecidas pela Emissora.



2

Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the number 36.

40/11

8.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- ii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iii) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 8.4 (i) e (ii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 8.4 (iii) acima.

8.6 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais), sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias úteis após a assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes.

8.6.1 Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas ao Agente Fiduciário e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Todas as despesas incorridas deverão ser devidamente documentadas e comprovadas pelo Agente Fiduciário. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.



Handwritten signature and a large, stylized stamp or mark.

41

Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias.

8.6.2 A remuneração acima referida será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, na alíquota vigente na data de pagamento.

8.6.3 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

8.6.4 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data do pagamento.

8.7 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.7.1 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores aplicáveis.



Handwritten signature and stamp of the Agente Fiduciário.

42

8.7.2 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

8.8 Sem prejuízo do disposto no item 8.6 acima, a Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, razoável e comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, nos termos da presente Escritura. Referido ressarcimento será efetuado em 5 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.9 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral.

## 9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas. A Assembléia de Debenturistas será realizada, obrigatoriamente, no Município de São Paulo.

9.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

9.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.



Handwritten signature and stamp area.

9.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas, sendo que a Emissora deverá ser sempre convocada para referidas Assembleias.

9.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou aquele que for designado pela CVM.

9.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de  $\frac{3}{4}$  (três quartos) das Debêntures em Circulação. Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta cláusula 9.8, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau

9.9 As deliberações que digam respeito aos Debenturistas, como por exemplo: (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário ou do Agente Escriturador; e (ii) alteração das obrigações adicionais da Emissora, deverão ser tomadas por Debenturistas que representem pelo menos  $\frac{3}{4}$  (três quartos) das Debêntures em circulação, presentes na Assembleia Geral de Debenturistas. As deliberações tomadas pelos debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia

9.10 A alteração dos *quorums* qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.



Handwritten signature and stamp area.



4488

## 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- vii) aceita integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;



l

4488

45

- x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;  
e
- xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

## 11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil e dos demais países em que a Emissora possui filiais ou escritórios de representação, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações principais e acessórias nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações principais e acessórias aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



Handwritten signature and stamp.

468

- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCERJA, o registro da Escritura nos cartórios de títulos e documentos dos domicílios da Emissora e do Agente Fiduciário, e o registro das debêntures na CETIP;
- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- x) não há, na data de assinatura desta Escritura, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras da Emissora devidamente auditadas;
- xi) não há nas certidões de tributos municipais e estaduais indicação de não recolhimento ou irregularidade no recolhimento destes tributos além daqueles objeto de discussões administrativa e judiciais demonstrados nos relatório indicado no subitem anterior;
- xii) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- xiii) a Emissora, nos termos de seus respectivos contratos, pode exigir de todos os prestadores de serviços a comprovação mensal dos recolhimentos trabalhistas, previdenciários e de FGTS relativos aos empregados que prestam serviço para a



Handwritten signature and a large, stylized stamp or mark.

478

Emissora, sendo que não há, na data de assinatura desta Escritura, qualquer condenação transitada em julgado, de valor relevante, determinando que a Emissora efetue o pagamento de verbas trabalhistas, previdenciárias e de FGTS decorrente de sua responsabilidade subsidiária por tais empregados

- xiv) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- xv) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- xvi) cumprirá todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na cláusula 4.7 desta Escritura; e
- xvii) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

11.3 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## 12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i) Para a Emissora:



Handwritten signatures and stamps, including a large '2' and a signature that appears to be 'G. F. A.'.

408

VRG Linhas Aéreas S.A.

Praça Comandante Linneu Gomes s/n, Portaria 03, jardim Aeroporto, São Paulo, SP, CEP 04626-020

At.: Flávio Jardim Vargas / Claudia Karpát

Telefone: (11) 2128-4729 / 5098-2990

Fax: (11) 5098-2997 / (11) 5098-2341

e-mail: [fjvargas@golnaweb.com.br](mailto:fjvargas@golnaweb.com.br) / [ckarpát@golnaweb.com.br](mailto:ckarpát@golnaweb.com.br)

ii) Para o Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 717, 6º e 10º andares

Itaim Bibi - São Paulo - SP

CEP 04530-001

At.: Julio Dacar / Flaviano Mendes

Telefone: (11) 3048 9763 / (11) 3048 9787

Fax: (11) 3048-9910

E-mail: [julio.dacar@slw.com.br](mailto:julio.dacar@slw.com.br) / [flaviano.mendes@slw.com.br](mailto:flaviano.mendes@slw.com.br)

iii) para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia

Cidade de Deus, Vila Yara, 2º Andar, Prédio Amarelo

Osasco - SP

At.: Marcelo Ronaldo Poli

Tel.: (11) 3684-7654

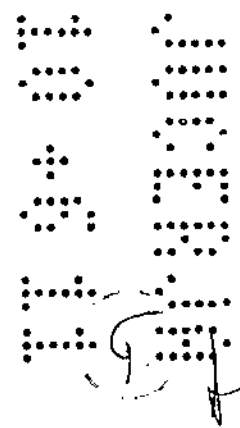
Fax: (11) 3684-5645

E-mail: [4010.mpoli@bradesco.com.br](mailto:4010.mpoli@bradesco.com.br)

iv) para a CETIP:

CETIP S.A - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Av. República do Chile, 230, 11º andar



49

20031-170 - Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-002 - São Paulo - SP

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio eletrônico: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

12.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nas Cidades de São Paulo ou Rio de Janeiro. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

12.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



49

504

12.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

### 13. FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 3 de junho de 2011

(assinaturas na página seguinte)

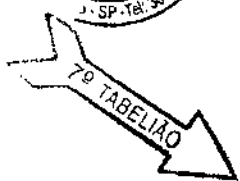
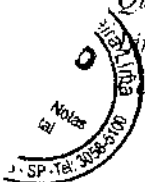


Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large 'L' and a signature that appears to be 'G. J.'.



61

(Esta é a página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da VRG Linhas Aéreas S.A., celebrada em 3 de junho de 2011 entre VRG Linhas Aéreas S.A. e SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.)



VRG LINHAS AÉREAS S.A.

Nome: Constantino de Oliveira Junior  
Cargo: Presidente

Nome: Leonardo P. Gomes Pereira  
Cargo: Vice-Presidente Financeiro  
CFO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Nome: VRG LINHAS AÉREAS S/A  
Nire: 33.3.0027672-6  
Protocolo: 00-2011/222436-9  
CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº  
ED33000251-8/000  
DATA: 10/06/2011  
Valéria S.M. Costa  
SECRETÁRIA GERAL



7º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL - SP  
RUA BENJAMIM CONSTANT, 177 - PAIX: 3293-1400  
RECONHECIDO por SEMELHANÇA 2 firmas: O VALOR ECONÔMICO de:  
CONSTANTINO DE OLIVEIRA JUNIOR e LEONARDO PORCINACULA GOMES PEREIRA  
São Paulo, 03 de junho de 2011.  
Em Testemunho da verdade.

ANTONIO ROBERTO GARCIA - RAURICIO R.S. DINO - ALFREDO R. S. CRO  
Total: R\$ 11,00. AVALIADO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE  
Carimbo: 33285/ Selo(s): 65792-AAO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Nome: VRG LINHAS AÉREAS S/A  
Nire: 33.3.0027672-6  
Protocolo: 00-2011/222436-9 - 06/06/2011  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/06/2011 E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
E DATA ABAIXO.  
ED33000251-8/000  
DATA: 10/06/2011  
Valéria S.M. Costa  
SECRETÁRIA GERAL

9.



52

(Esta é a página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da VRG Linhas Aéreas S.A., celebrada em 3 de junho de 2011 entre VRG Linhas Aéreas S.A. e SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.)



### SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Nome: Gregoli Pedroso Tasso  
Cargo: Depto. Agente Fiduciário  
SLWCVC LTDA.



Nome: Felipe Coimbra Aloi André  
Cargo: Diretoria Compliance  
SLW CVC Ltda.



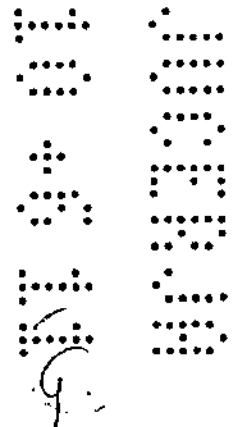
TABELÃO OLIVEIRA LIMA  
15º Cartório de Notas  
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005  
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP  
PABX: (11) 5052-5100 - www.15notas.com.br

RECORRIDO POR SEMELHANÇA E FIRMAS COM VALOR ECONOMICO  
DE: GREGOLI PEDROSO TASSO e FELIPE COIMBRA ALOI ANDRE,  
SAO PAULO, 07 de Junho de 2011, Total: R\$ 11,00 13:40:55

RENATO HERNANDEZ - ESCRIVENTE AUT.



RENATO HERNANDEZ  
ESCRIVENTE AUTORIZADO





53

(Esta é a página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da VRG Linhas Aéreas S.A., celebrada em 3 de junho de 2011 entre VRG Linhas Aéreas S.A. e SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.)



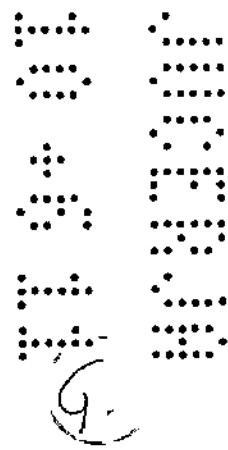
Testemunhas:

Nome: ISABEL ANGELA XAVIER  
RG: 15 318 093



Nome: PAIANA PASSOS DE MACEDO  
RG: 50.831.982-1

7ª TABELA DE NOTAS DA CAPITAL - SP  
RUA BENJAMIN CONSTANT, 177 - PARK: 3003-400  
RECONHECIDO por SEMELHANÇA 2 firmas(s) COM VALOR ECONOMICO de:  
ISABEL ANGELA XAVIER E PAIANA PASSOS DE MACEDO  
São Paulo, 07 de junho de 2011.  
Em Testemunha da verdade  
ANTONIO ROBERTO GARCIA - MADRICO R.S. CRUZ - ALFREDO R.S. CRUZ  
Total: R\$ 11,00. VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE  
Carimbo: 739145 Selo(s): 65829-AAA



54

*(Este anexo é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da VRG Linhas Aéreas S.A., celebrada em 3 de junho de 2011 entre VRG Linhas Aéreas S.A. e SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.)*

## ANEXO I

### CÁLCULO DO ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA

I. Para fins do disposto na Escritura, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{A}{B}, \text{ onde:}$$

i) "A" corresponde à geração de caixa da Emissora, calculada de acordo com o disposto abaixo:

$$A = FCB + RPVF + RAF \pm KG, \text{ onde:}$$

a) "FCB" corresponde ao fluxo de caixa bruto da Emissora durante o exercício social em referência, calculado da seguinte forma:

$$FCB = EBITDA - IR/CSLL, \text{ onde:}$$

1) "EBITDA" é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$EBITDA = LL + IR/CSLL + DDAE + DF - RF, \text{ onde:}$$

1.a) "LL" corresponde ao lucro líquido da Emissora auferido no exercício social em referência;

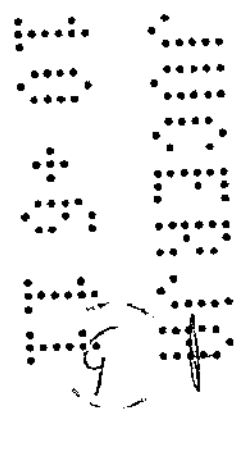
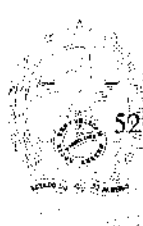


Handwritten signature and stamp.

55

- 1.b) "IR/CSLL" corresponde ao total de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devidos pela Emissora e apurados no encerramento do exercício social em referência;
- 1.c) "DDAE" corresponde ao total de despesas de depreciação, amortização e exaustão incorridas pela Emissora durante o exercício social em referência;
- 1.d) "DF" corresponde às despesas financeiras incorridas pela Emissora no exercício social em referência, incluindo-se a variação cambial e monetária; e
- 1.e) "RF" corresponde às receitas financeiras auferidas pela Emissora no exercício social em referência, incluindo-se a variação cambial e monetária;
- b) "RPVF" corresponde à receita com juros da Emissora obtida com o "Programa Voe Fácil" durante o exercício social em referência;
- c) "RAF" corresponde à receita de aplicações financeiras da Emissora decorrentes da sobra de caixa, obtida durante o exercício social em referência; e
- d) "KG" corresponde à variação, positiva ou negativa, da necessidade de capital de giro da Emissora durante o exercício fiscal em referência (período t), deduzida da necessidade de capital de giro para o exercício social imediatamente anterior (período t-1), sendo que:
  - 1) necessidade de capital de giro no período t corresponde a:

$$KG_t = (AC - Disp) - (PC - Emp - AFC), \text{ onde:}$$



56

- 1.a) "AC" corresponde ao ativo circulante da Emissora de acordo com balanço patrimonial levantado no encerramento do exercício social em referência;
- 1.b) "Disp" corresponde às disponibilidades da Emissora de acordo com balanço patrimonial levantado no encerramento do exercício social em referência;
- 1.c) "PC" corresponde ao passivo circulante da Emissora de acordo com balanço patrimonial levantado no encerramento do exercício social em referência;
- 1.d) "Emp" corresponde aos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo registrados no balanço patrimonial da Emissora levantado no encerramento do exercício social em referência; e
- 1.e) "AFAC" corresponde aos adiantamentos para futuro aumento de capital registrados no balanço patrimonial da Emissora levantado no encerramento do exercício social em referência.

2) necessidade de capital de giro no período t-1 corresponde a :

$$KG_{t-1} = (AC - Disp) - (PC - Emp - AFC), \text{ onde:}$$

- 1.a) "AC" corresponde ao ativo circulante da Emissora de acordo com balanço patrimonial levantado no encerramento do exercício social do período t-1;
- 1.b) "Disp" corresponde às disponibilidades da Emissora de acordo com balanço patrimonial levantado no encerramento do exercício social do período t-1;



1

53

57

- l.c) "PC" corresponde ao passivo circulante da Emissora de acordo com balanço patrimonial levantado no encerramento do exercício social do período t-1;
  - l.d) "Emp" corresponde aos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo registrados no balanço patrimonial da Emissora levantado no encerramento do exercício social do período t-1; e
  - l.e) "AFAC" corresponde aos adiantamentos para futuro aumento de capital registrados no balanço patrimonial da Emissora levantado no encerramento do exercício social do período t-1.
- ii) "B" corresponde ao serviço da dívida da Emissora, calculado de acordo com o disposto abaixo:
- $B = Am + Pj$ , onde:
- a) "AM" corresponde ao total de amortização de principal pagas pela Emissora em seus empréstimos e financiamentos, exceto nos "*Pre-delivery Payment Facilities*" celebrados pela Emissora durante o exercício social em referência; e
  - b) "PJ" corresponde ao total de juros pagos pela Emissora em seus empréstimos e financiamentos durante o exercício social em referência.



57